

## **COMUNICADO CEAF-ESMP Nº 11/2016 – SETOR PÓS-GRADUAÇÃO**

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo comunica aos Membros do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito, a realização do **11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS**, Pós-Graduação "latu sensu", devidamente credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, cujas normas são as que seguem:

### **PLANO DO CURSO**

#### **I – OBJETIVOS**

O Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos ora apresentado tem por finalidade o aprofundamento técnico e prático indispensável à atuação profissional voltada para este segmento do conhecimento jurídico.

Trata-se de curso com ênfase em temas contemporâneos, alinhados às linhas de pesquisas da Escola Superior do Ministério Público, em área que desperta grande interesse da comunidade jurídica, voltado especialmente a profissionais que já atuam nesse cenário e que buscam um maior grau de especialização em disciplinas afetas à tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.

Destinado a promotores, servidores do Ministério Público com bacharelado em Direito, advogados, defensores públicos, magistrados e demais operadores, assim como candidatos aos principais concursos públicos do país, já que os Direitos e Interesses Difusos e Coletivos constituem base importante dos editais. Esses são, resumidamente, os objetivos:

- 1- Formar especialistas em Direitos e Interesses Difusos e Coletivos capazes de atender as novas exigências sociais e jurídicas, com uma compreensão isenta, cientificamente moderna, democrática e social recomendada do fenômeno criminal.
- 2 - Formar especialistas atualizados com as recentes alterações legislativas na área da tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos, com a complementação de novos conhecimentos que despertem a visão crítica.
- 3- Fornecer subsídios técnicos e jurídicos voltados ao Ensino Superior nas áreas ligadas à tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.
- 4 - Estimular a pesquisa na área de tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos para a adoção de ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos judiciais.

#### **II - ESTRUTURA DO CURSO**

O **11º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS** será ministrado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, situada na Rua Treze de Maio, 1.259, Bela Vista, São Paulo, e desenvolver-se-á com a carga horária mínima de 360 horas e será composto de 4 módulos:

- MÓDULO I – **INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE GERAL** (32h);
- MÓDULO II – **INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE ESPECIAL** (200h)
  - PARTE I – **DIREITO DO CONSUMIDOR** (32h)
  - PARTE II – **DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE** (32h)
  - PARTE III – **MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E URBANISMO** (52h)
  - PARTE IV – **PROBIDADE ADMINISTRATIVA** (28h)
  - PARTE V – **DIREITO À SAÚDE** (16h)
  - PARTE VI – **DIREITO À EDUCAÇÃO** (16h)
  - PARTE VII – **DIREITOS HUMANOS** (24h)

- MÓDULO III – **INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA** (64h);
- MÓDULO IV – **METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR** (64h); e

O Curso de Especialização será ministrado às **terças e quintas-feiras**, das **18:30 às 22:40** hs, constituindo-se de aulas de 04 (quatro) horas.

### **III - AVALIAÇÃO**

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada:

- I – pela frequência às atividades escolares;
- II – pelo grau de aproveitamento em trabalhos e/ou provas;
- III – pela nota obtida no trabalho de conclusão do curso (monografia).

O aluno será considerado aprovado se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete), ante a somatória das notas de todas as provas e divisão pelo número de avaliações, e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, "caput", do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 108/2011 do CEE). Ao final do Curso, o aluno apresentará uma monografia sobre tema pertinente à área dos Interesses Difusos e Coletivos, observando-se rigorosamente as seguintes linhas de pesquisa:

*Acessibilidade*

*Bullying e violência escolar*

*Combate à corrupção e aplicação da Lei de Improbidade Administrativa*

*Combate à discriminação racial e de gênero*

*Compromisso de ajustamento de conduta*

*Contratos de adesão e controle de cláusulas abusivas*

*Controle de poluição*

*Direito de moradia*

*Direito à saúde*

*Direitos fundamentais da pessoa com deficiência*

*Educação inclusiva*

*Estudo de Impacto de Vizinhança*

*Inquérito civil*

*Implementação dos Direitos Sociais*

*Justiça Resolutiva e a tutela dos direitos metaindividuais*

*Lei Anticorrupção e Acordos de Leniência*

*Ministério Público e tutela dos direitos difusos e coletivos*

*Mobilidade urbana*

*Proteção do idoso*

*Proteção integral da criança e do adolescente*

*Proteção do patrimônio cultural*

*Proteção do patrimônio florestal*

*Publicidade comercial*

*Regularização fundiária*

*Responsabilidade dos profissionais liberais*

*Tutela processual coletiva*

Os professores definirão os requisitos para a aceitação da monografia e a orientação metodológica de sua elaboração.

#### **IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

**Período de Inscrições:** 07/07 a 12/08/2016

**Processo Seletivo:** 15 e 16/08/2016

**Publicação do resultado do Processo Seletivo:** 17/08/2016

**Período de Matrícula:** 17 a 19/08/2016

**Início das aulas:** 1º semestre 23/08/2016

**Término das aulas:** 1º semestre 15/12/2016

**Férias escolares:** 16/12/2016 a 01/02/2017

**Início das aulas:** 2º semestre 02/02/2017

**Término das aulas:** 2º semestre 29/06/2017

**Férias escolares:** 30/06/2017 a 31/07/2017

**Início das aulas:** 3º semestre 01/08/2017

**Término das aulas:** 3º semestre 10/10/2017

**Orientação de Monografia:** 12/10 a 14/12/2017

**Entrega das monografias:** 15/12/2017

#### **V - ELENCO DOS PROFESSORES CONVIDADOS DA ESMP**

##### **Coordenação Geral:**

Prof. **Fernando Reverendo Vidal Akaoui**

Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8706245600453310>

##### **Corpo Docente:**

Adriano Andrade de Souza  
Alexandra Faccioli Martins  
André Luiz dos Santos  
André Luiz Nogueira da Cunha  
Annelise Monteiro Steigleder  
Antonio Carlos Malheiros  
Antonio Carlos Ozório Nunes  
Beatriz Lopes de Oliveira  
Claudia Maria Beré  
Cristina Godoy de Araújo Freitas  
Christiano Jorge Santos  
Edgard Moreira da Silva  
Eduardo Dias de Souza Ferreira  
Ernani de Menezes Vilhena Junior  
Evelise Pedrosa Teixeira do Prado Vieira  
Fausto Junqueira de Paula  
Felipe Chiarello de Souza Pinto  
Fernando Grella Vieira  
Filippe Augusto Vieira de Andrade  
Flávio Eduardo Turessi  
Gilberto Nonaka  
Giovanni Guido Cerri  
Hugo Nigro Mazzilli  
Ivan Carneiro Castanheiro  
José Antonio Aparecido Júnior  
José Antonio Remedio  
José Carlos de Freitas  
José Heitor dos Santos  
José Roberto Rochel de Oliveira  
Landolfo Andrade de Souza

Lélio Ferraz de Siqueira Neto  
Luiz Alberto David Araujo  
Luiz Antonio Miguel Ferreira  
Marcelo Sciorilli  
Marco Antonio Zanelatto  
Marcos Paulo de Souza Miranda  
Marcos Stefani  
Mario Coimbra  
Martha de Toledo Machado  
Motauri Ciocchetti de Souza  
Nelson Nery Júnior  
Reynaldo Mapelli Junior  
Ricardo de Barros Leonel  
Ricardo Manoel Castro  
Rodolfo de Camargo Mancuso  
Ronaldo Porto Macedo Júnior  
Samy Wurmman  
Sergio Seiji Shimura  
Silvia Chakian de Toledo Santos  
Silvio Antonio Marques  
Tatiana Barreto Serra  
Valter Kenji Ishida  
Vidal Serrano Nunes Júnior  
Vladimir Brega Filho  
Wallace Paiva Martins Júnior

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área de Interesses Difusos e Coletivos.

Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade do professor coordenador ou da direção do CEAF-ESMP.

## **VI - VAGAS, INSCRIÇÕES E MATRÍCULA**

**1. NÚMERO DE VAGAS:** 70 (setenta)

### **2. INSCRIÇÕES**

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

Será dada prioridade aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, destes, aqueles lotados em Promotorias de Justiça com atribuições nas áreas de Interesses Difusos e Coletivos.

Somente serão concedidas bolsas, em conformidade com deliberação da Direção do CEAF-ESMP, a Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo e a Servidores da Instituição, reservadas, neste caso, a 15% das vagas disponíveis.

As vagas remanescentes, assim como na hipótese de haver, dentre os Servidores da Instituição mais interessados do que a porcentagem de vagas com bolsas disponibilizadas, o preenchimento se dará mediante processo seletivo, a ser realizado no período de **15 e 16 de agosto de 2016**, consubstanciado em uma avaliação (prova escrita), análise do *curriculum vitae*, do histórico escolar e, se necessário, entrevista pessoal (art. 42 do R.I.), a critério da Coordenação Geral e Coordenadores de cada módulo.

### **3. PERÍODO DE INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

As inscrições serão realizadas no período de **07/07 a 12/08/2015**, no site da ESMP ([www.esmp.mpsp.mp.br](http://www.esmp.mpsp.mp.br)), link cursos, com o preenchimento de formulários on-line.

Havendo número de inscritos superior às vagas disponíveis, o deferimento da inscrição se dará mediante processo seletivo, a ser realizado no período de 15 e 16 de agosto de 2016, consubstanciado em uma avaliação (prova escrita), análise do *curriculum vitae* preferencialmente vinculados à plataforma *lattes*, do histórico escolar e, se necessário, entrevista pessoal (art. 42 do R.I.), a critério da Coordenação Geral e Coordenadores de cada módulo.

### **4. PERÍODOS DE MATRÍCULAS, E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.**

A matrícula será efetuada **no período de 17 a 19/08/2016**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- cópias reprográficas da carteira de identidade e do histórico escolar;
- cópia do CPF;
- cópia do diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito;
- três fotos 3 x 4;

### **VII – MENSALIDADE**

Serão 17 mensalidades de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de agosto de 2016 a dezembro de 2017.

A primeira mensalidade (relativa ao mês de agosto/2016) deverá ser paga, após a publicação do resultado do processo seletivo, através de boleto bancário a ser disponibilizado pelo CEAF-ESMP via e-mail cadastrado pelo candidato no formulário de inscrição.

As demais mensalidades terão vencimento no dia 10 de cada mês.

Incumbirá à Direção da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo deliberar sobre o valor de bolsa que será concedido a Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos limites e condições já especificados.

### **VIII – NÚMERO MÍNIMO DE INSCRITOS**

Caso não seja atingido o número mínimo de 50 (cinquenta) inscritos, o curso não será implantado e os valores serão devolvidos aos interessados.

### **IX - PROGRAMA DO CURSO**

#### **MÓDULO I – INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE GERAL - 2016**

- Interesses transindividuais – Noções introdutórias;
- Evolução legislativa e bases constitucionais da tutela dos interesses difusos e coletivos;
- Interesses transindividuais no sistema brasileiro: interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- O sistema norte-americano de defesa dos interesses transindividuais;
- Ação Civil Pública: Teoria Geral;
- Novo perfil constitucional do Ministério Público: negociação e mediação, e a postura resolutiva nos conflitos de massa.

- **Metodologia**– (04h.) aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.
- **AVALIAÇÃO TEÓRICA** – aplicada logo após a última aula do módulo.

## MÓDULO II - INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - PARTE ESPECIAL - 2016/2017

### PARTE I – Direito do Consumidor

- A sociedade de consumo e o papel do Estado;
- Introdução ao Direito do Consumidor. Tratamento constitucional da matéria. Conceitos: a) consumidor: em sentido estrito (art. 2º, caput, CDC) e por equiparação (arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29, do CDC); b) fornecedor; c) produtor e serviços. Princípios fundamentais do CDC. Direitos básicos do consumidor;
- Tutela penal do consumidor (CDC e Lei nº 8.137/1990);
- Tutela civil (material) do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios e defeitos dos produtos e serviços. Responsabilidade civil objetiva do fornecedor. Decadência e prescrição. Responsabilidade civil dos profissionais liberais;
- Tutela civil (material) do consumidor. Proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, contrato de adesão e controle das cláusulas abusivas; princípios aplicáveis aos contratos de consumo);
- Oferta e publicidade: deveres de informação e princípios da publicidade; controle legal da publicidade e autorregulamentação (normas do Código de Autorregulamentação Publicitária, do CONAR);
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: crédito ao consumo e proteção dos superindivíduos;
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: comércio eletrônico e a necessidade de sua regulação.

➤ **Metodologia** (8h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.

### PARTE II – DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

- Direito da Criança e do Adolescente e o Direito Internacional. Teorias informadoras. Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. A Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura, direitos e princípios fundamentais.
- Direito à convivência familiar e comunitária. Família natural. Direito ao reconhecimento do vínculo de filiação. Poder familiar. Atributos da extinção, perda e suspensão do poder familiar. Processo de perda ou suspensão do poder familiar.
- Família substituta. Considerações gerais. Adoção. Tutela e guarda. Procedimento de colocação em família substituta.
- Criança e Adolescente e ato infracional. Fundamentos. Medidas sócio-educativas. Procedimento de apuração. Lei do SINASE.
- Atribuições do Ministério Público na área da Infância e da Juventude. Esfera cível. Interesses individuais, individuais homogêneos, coletivos e difusos.
- Crimes contra a criança e o adolescente.

➤ **Metodologia** (8h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.  
○ AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Consumidor + Infância e Juventude).

### PARTE III – MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E URBANISMO

- Direito Ambiental Constitucional.
  - Política Nacional de Meio Ambiente. Princípios, objetivos e finalidades. Instrumentos da PNMA. Estudo de Impacto Ambiental. SISNAMA.
  - Licenciamento ambiental.
  - Política Nacional de Recursos Hídricos.
  - Política Nacional de Resíduos Sólidos.
  - Aspectos jurídicos da proteção ao patrimônio cultural.
  - Aspectos jurídicos da proteção da flora. Código Florestal.
  - Aspectos jurídicos do controle de poluição.
  - Responsabilidade ambiental: penal, civil e administrativa.
  - Aspectos constitucionais da Política Urbana. Função social da propriedade.
  - Estatuto da Cidade. Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança.
  - Regularização fundiária.
  - Uso de bens públicos (concessões, permissões). Afastamento de risco. Desapropriação e usucapião.
- **Metodologia** (8h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.

### PARTE IV – PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

- Regramento constitucional. Regramento infraconstitucional: Lei de Improbidade Administrativa. Conceito de moralidade administrativa e de improbidade administrativa. A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso. Sujeitos do ato de improbidade.
  - Elemento subjetivo da conduta ímproba. Modalidades de improbidade administrativa. Enriquecimento ilícito. Atos lesivos ao erário. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.
  - Sanções: previsão normativa; correspondência com os tipos de improbidade; espécies. Aplicação das sanções. Parâmetros para a aplicação das sanções. Aplicação cumulativa das sanções. Julgamento "extra petita". Concurso de condutas e conflito aparente de normas.
  - Providências cautelares. Indisponibilidade de bens. Sequestro. Afastamento do agente público do cargo, emprego ou função.
  - Ação civil de improbidade administrativa. Competência. Legitimação. Pedido. Procedimento. Fase de admissibilidade da ação. Sentença: correlação entre pedido e sentença. Independência entre as instâncias. Coisa julgada. Prescrição.
  - Lei Anticorrupção Empresarial. Aplicação da Lei 12.846/2013 no tempo e no espaço. Sujeitos do ato ilícito. Atos lesivos. Responsabilização administrativa. Acordo de Leniência. Responsabilização judicial. Harmonização entre a Lei Anticorrupção e a Lei de Improbidade Administrativa.
- **Metodologia** (8h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.
- AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo).

## PARTE V – DIREITO À SAÚDE

- Direito Sanitário: introdução; a saúde como direito social fundamental; os princípios constitucionais norteadores do Sistema Único de Saúde; SUS-organização, atribuições e diretrizes; saúde pública e o terceiro setor (OSS, OSCIP, PPP).
- A Lei Orgânica da Saúde e outras fontes legislativas; repartição constitucional de competências; pactuação e responsabilidade solidária, as Comissões Intergestoras, normas operacionais básicas do sistema de saúde; redes de atenção à saúde; vigilância sanitária, epidemiológica e conselhos de profissão.
- Financiamento do SUS: Emenda Constitucional 29/2000, Lei Complementar 141/12, responsabilidade dos entes federativos, controle social e participação popular (conferências de saúde e conselhos de saúde) e fundos de saúde.
- Assistência farmacêutica e saúde mental.
- **Metodologia** (8h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.

## PARTE VI – DIREITO À EDUCAÇÃO

- A educação na Constituição federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Educação inclusiva. Bullying e a violência escolar.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o direito à educação: o papel do Ministério Público no campo educacional.
- O Poder Judiciário e judicialização da qualidade da educação.

## PARTE VII – DIREITOS HUMANOS

- A Declaração dos Direitos do Homem e os tratados internacionais de Direitos Humanos. Os direitos fundamentais na Constituição federal. Inclusão social.
- A proteção jurídica das mulheres.
- Os direitos dos idosos e as medidas necessárias ao seu efetivo exercício. O Estatuto do Idoso.
- Normas de proteção à pessoa com deficiência.
- Igualdade racial. Discriminação racial e suas sanções.
- **Metodologia** (08h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.
  - AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Saúde, Educação e Direitos Humanos).

### **MÓDULO III – INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA E OUTROS INSTRUMENTOS DE TUTELA COLETIVA**

- Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta;
- Ação Civil Pública. Evolução histórica, peculiaridades e perspectivas. Princípios gerais do processo coletivo;
- Ação Civil Pública. Legitimidade e representatividade adequada. Litisconsórcio;
- Ação Civil Pública. Atos de disponibilidade: desistência e transação. Elementos objetivos da demanda: causa de pedir e pedido;
- Ação Civil Pública. Competência. Conexão, continência e litispendência.
- Ação Civil Pública. Prova: custos e ônus. Sentença. Recursos;
- Ação Civil Pública. Tutelas de urgência e de emergência;
- Ação Civil Pública. Coisa julgada;
- Ação Civil Pública. Liquidação. Execução. Fundo de Direitos Difusos Lesados;
- Ações constitucionais de controle concentrado de constitucionalidade;
- Ação Popular;
- Mandado de Segurança Coletivo;
- Audiências Públicas;
- Mandado de Injunção;
- Interações entre o Novo CPC e o Processo Coletivo.

- **Metodologia** (12h) – aulas que serão ministradas logo após o término do módulo.
  - AVALIAÇÃO TEÓRICA FINAL (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo

### **MÓDULO IV – METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR – 2016/2017**

- Educação na sociedade contemporânea e nas sociedades primitivas;
  - A dimensão socioeconômica e cultural como determinante do método e da prática pedagógica;
  - A Pesquisa enquanto método de ação no ensino superior;
  - O conceito de problema; hipóteses e variáveis no projeto de pesquisa – formulação.
  - A estrutura formal do projeto de pesquisa;
  - A natureza da pesquisa;
  - A pesquisa bibliográfica – observações na coleta de dados e no delineamento;
  - Aspectos gráficos e formais na redação da monografia;
  - O objeto do ensino jurídico e as transformações do direito positivo: da pirâmide kelseniana à rede normativa;
  - O ensino jurídico em novo contexto: globalização, pluralismo jurídico e ativismo judicial;
  - O direito pós-moderno e o impacto sobre a metodologia do conhecimento jurídico;
  - Matrizes teóricas para a análise jurídica de problemas concretos;
- Estratégias e ferramentas metodológicas para pesquisa jurídica.

#### **X - MAIS INFORMAÇÕES**

Pelo telefone: (0xx)11 3017-7782/83 ou pelo e-mail [esmp-secretaria@mpsp.mp.br](mailto:esmp-secretaria@mpsp.mp.br)

#### **Coordenação Geral:**

Antonio Carlos da Ponte  
Procurador de Justiça  
Diretor do CEAF/ESMP

#### **Realização:**

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo